

	<h2>Instrução de Trabalho - IT</h2>	<p>Coordenação</p> 	<p>Execução</p> 
---	-------------------------------------	--	---

<p>Processo</p> <p>Fiscalizar Contratos de Mão de Obra Terceirizada</p>			
<p>Versão</p> <p>01/2024</p>	<p>Data de Emissão</p> <p>11/07/2024</p>	<p>Macroprocesso (Governo de SC)</p> <p>Compras e Contratações</p>	<p>Macroprocesso (Nome do órgão)</p> <p>Diretoria de Licitações e Contratos</p>

1. INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Objetivo

O processo de Fiscalizar Contratos de Mão de Obra Terceirizada se refere à fiscalização dos contratos de mão-de-obra terceirizada por parte dos órgãos públicos.

Informações complementares

N/A

Responsável

<i>Setor</i>	<i>Telefone</i>	<i>E-mail</i>
GECON	(48) 3665-1603	gecon@sea.sc.gov.br

Interessados

- Diretoria de Licitações e Contratos (SEA)
- Gerência de Contratos (GECON) - DGLC/SEA
- Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações
- Escritório de Processos (EPROC).

Atores envolvidos

- Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações;
 - o Setor responsável pela contratação;
 - o Fiscais de contrato;
 - o Gestores de contrato;
 - o Setor financeiro;
- Secretaria do Estado de Administração:
 - o DGLC/GECON;
- Empresas contratadas.

Recursos tecnológicos (Sistemas e Integrações)

- Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPE.

Parâmetros SGPE

Assunto	Classe	Controle de acesso (sigilo)
1267	92/93	Público

Legislação, normativas e outras referências

- Instrução Normativa nº16/2022 – Retifica a Instrução Normativa nº 12/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública Estadual.
- Instrução Normativa nº 10/2022 – Traz a utilização de instrumento de medição de resultados (IMR) nas contratações de serviços da esfera da Administração Pública Estadual.
- Instrução Normativa nº 09/2022 – Altera aspectos da Instrução Normativa SEA nº 02/2020 quanto à contratação de serviços terceirizados com mão de obra exclusiva no âmbito da Administração Pública.
- Instrução Normativa nº 15/2021 – Altera a Instrução Normativa SEA nº 02/2020, incluindo mais postos de serviços possíveis à contratação terceirizada.
- Instrução Normativa nº 12/2021 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, da Administração Pública Estadual.
- Instrução Normativa nº 02/2020 – Dispõe sobre a contratação de serviços terceirizados com mão de obra exclusiva no âmbito da Administração Estadual, trazendo a descrição dos postos de serviços previstos.
- Instrução Normativa nº 11/2019 – Estabelece normas para a gestão e fiscalização de Contratos e Atas de Registro de Preços celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual

com fornecedores de bens e/ou serviços para a Administração Pública. Regula o registro de informações no Cadastro de Penalidades das sanções administrativas aplicadas a fornecedores – CADPEN/SC, e dá outras providências.

- Instrução Normativa nº 9/2023 – Dispõe quanto ao ressarcimento de diárias e sobre horas extraordinárias em contratos terceirizados no âmbito da Administração Pública estadual e estabelece normas relativas as autorizações e outras providências.
- Instrução Normativa nº 3/2023 – Altera os arts. 7º e 9º da Instrução Normativa nº 16, de 2022, que Retifica a Instrução Normativa nº 12/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública estadual.
- Instrução Normativa nº 10/2023 – Revoga a Instrução Normativa nº 09, de 07 de agosto de 2019.
- Instrução Normativa nº 08/2023 – Dispõe sobre orientações quanto à instrução processual e análise dos pedidos de reequilíbrio econômico e financeiro, de acordo com os ditames das Leis Federais nº 8.666/93 e 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Estadual.
- Decreto nº 903/2020 – Dispõe sobre o Grupo Gestor de Governo (GGG) e estabelece outras providências.
- Decreto nº 452/2020 – Dispõe sobre a contratação de serviços terceirizados no âmbito da Administração Pública Estadual.
- Decreto Nº 441/2024 – Regulamenta o procedimento para a apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, de que trata a Lei federal nº 14.133, de 2021, e estabelece outras providências.
- Lei nº 18.369/2022 – Institui Boas Práticas de Transparência em Contratações Públicas do Estado de Santa Catarina.
- Lei Complementar nº 787/2021 – Altera a redação do inciso III do art. 28 da Lei Complementar nº 631, de 2014, que “Institui o Estatuto Estadual da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte, do Microempreendedor Individual e da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e estabelece outras providências”.
- Lei nº 18.300/2021 – Estabelece a reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, nos editais de licitação que visem à contratação de empresas para a prestação de serviços continuados e terceirizados, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional.
- Lei nº 18.296/2021 – Estabelece normas sobre a celebração de contratos de patrocínio nos quais a Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo figura como patrocinadora.
- Lei nº 18.092/2021 – Estabelece procedimentos administrativos suplementares para as contratações públicas diretas, nas hipóteses aludidas pelos arts. 24, III, IV, V e VII, e 25 da Lei federal nº 8.666, de 1993, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.
- Resolução GGG nº 006/2021 – Altera e acrescenta dispositivos da Resolução GGG nº 003, de 22 de janeiro de 2021. Processo SEF Nº 1030/2021.
- Resolução GGG nº 003/2021 – Dispõe sobre os casos em que é dispensada a prévia autorização do Grupo Gestor de Governo de que trata o Decreto nº 903, de 21 de outubro de 2020. Processo SEF Nº 1030/2021.

- Lei Complementar nº 741/2019 – Dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências.
- Lei nº 17.456/2018 – Dispõe sobre a proibição à Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina de adquirir ou alugar imóvel dos proprietários que menciona.
- Lei nº 16.493/2014 – Veda a formalização de contratos públicos entre órgãos e entidades que compõem a Administração Pública estadual com empresas que utilizem trabalho análogo ao de escravo na produção de bens e serviços.
- Lei nº 16.003/2013 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar nos editais de licitação e respectivos contratos administrativos cláusula de capacitação dos trabalhadores envolvidos sobre o tema de saúde e segurança do trabalho.
- Lei Complementar nº 534/2011 – Altera dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências.
- Lei Complementar nº 381/2007 – Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

Indicadores de performance

N/A

Definições

- SEA - Secretaria do Estado de Administração
- DGLC - Diretoria de Licitações e Contratos
- GECON - Gerência de Contratos

DIAGRAMA DOS PROCESSOS

O diagrama do processo “Fiscalizar contratos de mão de obra terceirizada” pode ser visualizado no seguinte link:

<<https://modeler.camunda.io/share/e7f2860b-f287-429e-89ce-a2c60d501988>>

O diagrama do subprocesso “Fiscalizar a prestação dos serviços” pode ser visualizado no seguinte link:

<<https://modeler.camunda.io/share/e632318a-fc15-46ca-9b64-07bba79a02ce>>

O diagrama do subprocesso “Realizar pagamento da fatura mensal” pode ser visualizado no seguinte link:

<<https://modeler.camunda.io/share/03e8436d-c415-4da9-bf97-db2a11eeb038>>

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

A descrição das atividades pode ser visualizada no manual a seguir:

<https://drive.google.com/file/d/1VqltH_0zeGvfMB018eX3gtwPcQbLKbVt/view?usp=sharing>

2. HISTÓRICO DE REVISÕES

<i>Versão nº</i>	<i>Responsável pela elaboração da IT</i>	<i>Data</i>	<i>Síntese da Revisão</i>
01/2024	Bruno Jacques Carnos	11/07/2024	Versão Inicial



Assinaturas do documento



Código para verificação: **8K6MM4L1**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LARYSSA NEIVA AVELINO (CPF: 013.XXX.991-XX) em 26/07/2024 às 13:36:09

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:16:33 e válido até 13/07/2118 - 14:16:33.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMDU1NjBfNTYyMI8yMDI0XzhLNk1NNEwx> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00005560/2024** e o código **8K6MM4L1** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.